

ATA NÚMERO 140/XII (3.ª)

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2013, pelas 17 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

17 horas:

Audição da Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, com o objetivo de escrutinar a atividade do ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

18h30 mn:

Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas vindas à Senhora Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, bem como ao seu Chefe de Gabinete, Duarte Miranda Mendes, e explicou a metodologia dos trabalhos.

De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Alta Comissária, que focou a sua intervenção nas quatro grandes áreas de atuação do ACIDI: o acolhimento e integração, a participação, a sensibilização e a investigação.

Começou por sublinhar que na área do acolhimento e integração o ACIDI tem 3 grandes centros de apoio ao imigrante em Lisboa, Porto e Faro (que são uma espécie de Loja do Cidadão), onde se podem encontrar os vários Ministérios envolvidos nas questões da integração – o da Saúde, Educação, Segurança Social, Administração Interna (com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), Justiça, Economia e Negócios Estrangeiros e a Presidência do Conselho de Ministros —, com um atendimento em 13 línguas diferentes; 86 centros locais espalhados por todo o País, em parceria com as autarquias e com algumas associações da sociedade civil, com um serviço de tradução telefónica e a Linha SOS Imigrante; o Programa «Escolhas», já implementado em 110

pontos do País, direcionado para a inclusão social de crianças e jovens das zonas mais vulneráveis do território nacional; cursos de português para estrangeiros; um programa de empreendedorismo; uma rede de gabinetes de inserção profissional em parceria com o IFP; e uma unidade de apoio às vítimas imigrantes de discriminação racial.

Relativamente à área da participação, disse que o ACIDI conta com o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, com os 10 maiores representantes da comunidade de imigrantes em Portugal a debater os assuntos da imigração, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, com a presença de associações antirracistas e de direitos humanos, e o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, criado no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Há também dois gabinetes técnicos essenciais para capacitar as associações para a participação - o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas.

Disse, também, que a área da sensibilização para a integração tem a ver com quem chega, mas também com quem está. Se o verdadeiro objetivo é o de integrar, então há que dar condições a quem chega, e também sensibilizar a opinião pública em geral para esse facto. Com essa finalidade existem já os Programas «Nós», na RTP1, e o «Gente como nós», na Antena 1. Da mesma forma, o ACIDI tem levado a cabo seminários para jornalistas porque acredita que, dando a estes mais ferramentas, será mais fácil trabalhar com esta temática da diversidade. Nesse sentido, foi instituído um prémio anual de jornalismo pela diversidade cultural, bem como várias iniciativas de promoção da interculturalidade. Por último, nesta área, o ACIDI conta também com uma bolsa de formadores na área do diálogo intercultural, da cidadania e das comunidades ciganas.

Para concluir, referiu que na área da investigação o Observatório da Imigração tem dado uma grande ajuda a desconstruir mitos, tendo estabelecido uma parceria com diversas universidades.

Por último, sublinhou que, como houve um corte muito significativo no orçamento (da ordem dos 23%), toda a atividade do ACIDI vai ter de ser reorganizada.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Mónica Ferro (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE).

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) debruçou-se sobre os seguintes pontos: a consulta que está disponível no sítio electrónico do ACIDI de promoção de uma grande reflexão acerca do planeamento e delineamento de novas medidas que possam dar resposta aos vários obstáculos que se levantam na plena integração dos cidadãos imigrantes, e qual está a ser, em termos qualitativos, o seu retorno; o envolvimento do ACIDI na Campanha Nacional de Luta Contra o Tráfico Humano; a extensão do projeto de mentores; a disponibilização por parte dos mentores aos imigrantes da sua rede de contactos sociais e profissionais, as suas respostas para vencer obstáculos e desafios concretos; e as novas dinâmicas migratórias internacionais.

De seguida, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) questionou a Senhora Alta Comissária sobre o acolhimento e integração dos imigrantes da 2.^a geração, que têm uma certa dificuldade em ser reconhecidos como portugueses quando já cá nasceram; o programa destinado à comunidade cigana e as situações existentes em Portugal de que não nos devemos orgulhar, algumas delas particularmente desagradáveis; a itinerância da comunidade cigana e o Programa «Escola Móvel»; e a imigração como porta de entrada para a Europa.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se aos movimentos de imigrantes provenientes do Brasil e de Angola; ao problema da natalidade existente em Portugal e à necessidade de encontrar outras formas de sustentabilidade para debelar este problema, designadamente através de uma boa integração da comunidade imigrante; à evolução da imigração em termos de qualificação e de conhecimento; à satisfação das expectativas da classe imigrante e ao modo como é feito o acompanhamento e a integração; à diferenciação por grupos étnicos; à evolução da denúncia de casos de discriminação; e à distribuição geográfica dos fluxos de imigrantes no nosso país.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) questionou a Senhora Alta Comissária sobre as *nuances* do novo Plano para a Integração dos Imigrantes de 2014; a redução de 23% da dotação orçamental e suas implicações no funcionamento do ACIDI; o número de imigrantes sem documentos; o Programa «Português para todos» e a redução da oferta formativa da língua portuguesa não materna; o acesso ao abono de família e à ação social escolar por parte das famílias imigrantes; e a comunidade cigana e o estudo que vai ser desenvolvido em 2014.

Por fim, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) debruçou-se sobre os últimos acontecimentos de Lampedusa e as mortes aí ocorridas e questionou a Senhora Comissária sobre a necessidade de a Europa adotar novas ações neste domínio; referiu-se também às autorizações

de residência e ao reagrupamento familiar; ao número de imigrantes sem documentação; à desigualdade no acesso às prestações sociais; ao risco de pobreza e de desemprego dos imigrantes; ao Fundo Europeu para a Integração; à redução do orçamento do ACIDI; e à intervenção junto das mulheres migrantes.

A Senhora Alta Comissária respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo sublinhado que o ACIDI já recebeu contributos muito válidos relativamente ao III Plano para a Integração dos Imigrantes, mas que, infelizmente, são poucas as pessoas que têm participado no processo de consulta.

Mais adiantou que um dos objectivos do ACIDI é o de ajudar a divulgar a Campanha Nacional de Luta Contra o Tráfico Humano, e que a Linha SOS Imigrante pode ajudar a reconhecer as vítimas desse tráfico; que no Projecto Mentores, em parceria com o GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), os voluntários, que são cidadãos portugueses, podem disponibilizar aos cidadãos imigrantes que tenham chegado recentemente ao nosso país ou que, por via das circunstâncias da vida, ainda não estejam plenamente integrados (profissional ou socialmente) um conjunto de ferramentas (redes, contactos, conhecimentos) que possam ajudar a uma plena integração em Portugal.

Aliás, continuou, o nosso país já percebeu que o futuro faz-se com todos e com cada um e que tem tentado ver a imigração com uma grande oportunidade; que o Programa «Escolhas» está vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, grande parte descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, que são já a 2.^a ou a 3.^a geração de imigrantes, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social;

De resto, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, aprovada em abril deste ano, é umas das mais completas da União Europeia, abrangendo a área da habitação, emprego, educação e saúde, tendo o ACIDI acrescentado a área da discriminação; a Escola Móvel funciona não só para as comunidades ciganas, como também para os artistas de circo, feirantes, portugueses filhos de emigrantes cujos pais vão pouco tempo para fora mas que não querem que eles percam o vínculo com a escola portuguesa.

A Senhora Alta Comissária afirmou que, embora o nosso país esteja a atravessar uma crise, os emigrantes não estão a retornar; que os imigrantes contribuem fortemente para o rejuvenescimento da população e para a balança da segurança social; que há uma mudança do perfil dos imigrantes, havendo uma grande procura por parte dos estudantes universitários e também dos reformados; que a distribuição geográfica varia de comunidade para comunidade.

Mais recordou que há um racismo invisível que é muito mais difícil de combater; que o ACIDI está a tentar encontrar um modelo que leve a uma maior participação da sociedade civil no Plano para a Integração das Comunidades Ciganas; que não há um conhecimento rigoroso do número exacto de imigrantes sem documentos; que o Programa «Português para todos», da responsabilidade do ACIDI, é para adultos e que, ao invés, o programa de português como língua não materna é para crianças e jovens e é da responsabilidade do Ministério da Educação; e que, em relação aos acontecimentos de Lampedusa, a Europa está a fechar-se crescentemente, apesar de saber que precisa cada vez mais dos imigrantes para a sua sustentabilidade.

Na segunda ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados André Pardal (PSD), Sandra Pontedeira e Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo a Senhora Alta Comissária respondido, no final e em bloco, às questões colocadas.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo, que se encontra disponível em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL3/02_com/12_cpecc/20131129cpecc.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento.

A audição foi encerrada às 18 horas e 55 minutos.

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

De seguida, houve um debate acerca da realização na Assembleia da República do XV Encontro Público da PASC sobre o «Regime de incompatibilidades dos Deputados à Assembleia da República», em que usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Inês de Medeiros (PS), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), Rosa Arezes (PSD), Paula Gonçalves (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS), tendo ficado estabelecido que, não sendo a



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

iniciativa da responsabilidade da Comissão, nem por ela organizada, os Deputados seriam livres de participar ou não nos referidos trabalhos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, que se encontra disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CPECC_20131125_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
João Lobo
Jorge Rodrigues Pereira
Margarida Neto
Paula Gonçalves
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
João Serpa Oliva
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Lídia Bulcão

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia __/__/2014.